



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

?Quanto mais fazem algo contra nós, mais lutamos?: As estratégias das comunidades tradicionais de terreiro no enfrentamento ao racismo religioso na cidade de Laranjeiras ? SE

Autoria: Leonardo Vieira Silva (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O presente work analisa as estratégias de três comunidades tradicionais de terreiro no enfrentamento dos casos de racismo religioso na cidade de Laranjeiras, considerando a constituição do espaço público como o lugar da busca por reconhecimento de direitos como cidadãos. Os dados que compõe este work é parte da etnografia realizada junto ao terreiro Filhos de Obá, durante o segundo semestre de 2019. Embora o foco do work de campo fosse o referido terreiro, no que tange aos casos de racismo religioso, ele não está isolado nesse contexto. Dessa forma, a partir do diálogo estabelecido com os interlocutores, foi possível ter contato com outros casos de racismo religioso que aconteceram na cidade. Entender essas ocorrências significou perceber a própria configuração do contexto que o terreiro Filhos de Obá está inserido. Assim, a partir desse diálogo, pude ter contato com os casos de racismo religioso vivenciados pelas seguintes comunidades



tradicionais de terreiro: Filhos de Obá, Ilê Axé Iguí Orixá e Ilê Axé Iansã do Balé. Cabe salientar que ao longo de mais de um século a categoria que abarcava o ato de agressão contra os terreiros sofreu mudanças de acordo com o seu contexto histórico. Uma vez que o terreiro Filhos de Obá possui mais de cem anos de fundação, sua trajetória nos possibilita refletir que ele vivenciou as mudanças da categoria que explicava este fenômeno de agressões às religiões de matrizes africanas no Estado de Sergipe. Os pertencentes a esta casa lidaram com a perseguição aos seus antepassados, assim como a intolerância religiosa e hoje explicitam que sofrem com o racismo religioso. A partir da etnografia foi possível entender que esses casos continuam acontecendo na cidade de Laranjeiras e dependerá dos agredidos dar visibilidade aos seus casos de racismo religioso, e assim, reivindicar o reconhecimento dos seus direitos. Paralelamente, os adeptos das religiões de matrizes africanas estabelecem diálogos com alguns setores dos órgãos municipais, como o órgão de Promoção de Igualdade Racial (PIR) e com a polícia civil, para que possam exercer o direito de livre expressão da sua fé. Além disso, foi possível entender que a Educação da comunidade é uma das principais ferramentas no enfrentamento contra as mais diversas formas de racismos vivenciados pelos afro-religiosos da cidade. Ao final desse trabalho foi possível compreender como os pertencentes às religiões de matrizes africanas da cidade de Laranjeiras elaboram e reelaboram suas estratégias de enfrentamento dos casos de racismo religioso. Neste contexto o espaço público emerge como parte da estratégia desses religiosos, pois é pensado como o lugar da visibilidade das suas atividades de conscientização das questões voltadas para o entendimento das relações étnico-raciais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: